

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE
GÁS NATURAL**

entre

CELBA – CENTRAIS ELÉTRICAS DE BARCARENA S.A.

e

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ

datado de

06 de junho de 2024

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE
GÁS NATURAL QUE ENTRE SI
CELEBRAM CELBA – CENTRAIS
ELÉTRICAS DE BARCARENA S.A. E
COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ**

CELBA – CENTRAIS ELÉTRICAS DE BARCARENA S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Humaitá, 275 – 8º andar, CEP 22.261-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.634.191/0001-86 com filial localizada na Cidade de Barcarena e Estado do Pará, na Rodovia PA 481, Km 2,3, Subárea ETC, bairro Complexo Portuário de Vila do Conde, CEP: 68447-000, inscrita no CPF/MF sob o n.º 22.634.191/0002-67, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente “NFE”; e

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Visconde de Souza Franco, nº 05, sala 1502, Edifício Quadra Corporate, Bairro Umarizal, CEP 66.055-005, Cidade de Belém e Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.454.441/0001-75, com filial localizada na Rodovia PA 481, km 2,3, Rod. Transalumínio, nº 320, Bairro Murucupi, Município de Barcarena, CEP: 68445-000, inscrita no CPF/MF sob o n.º 08.454.441/0002-56, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada “GDP”,

a seguir também denominadas “PARTE” ou “PARTES”, quando referidas individualmente ou em conjunto.

CONSIDERANDO QUE:

- a NFE é uma empresa devidamente autorizada para comercializar GÁS NATURAL conforme Autorização SIM-ANP nº 417/2023;
- a GDP é concessionária de distribuição de gás canalizado, com exclusividade, no Estado do Pará, em conformidade com o §2º do Art. 25 da Constituição da República Federativa do Brasil, com a Lei Estadual do Pará nº 6.878, de 29 de junho de 2006, alterada pela Lei Estadual nº 10.379, de 10 de janeiro de 2024 e nos termos do Contrato de Concessão celebrado com o Estado do Pará, em 05 de dezembro de 2006, modificado em virtude dessa última Lei; e
- a GDP deseja adquirir GÁS NATURAL da NFE;

as PARTES têm justo e acordado celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural (“CONTRATO”), mediante os seguintes termos e condições que mutuamente aceitam e pelos quais se obrigam:

CLÁUSULA 1ª - DEFINIÇÕES PRELIMINARES

1.1 As PARTES concordam em dar as seguintes definições aos termos abaixo especificados e utilizados neste CONTRATO:

AFILIADA: significa qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, controle, seja controlada ou esteja sob controle comum com outra pessoa, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

ANO CONTRATUAL: corresponde a cada período de 12 (doze) meses ao longo de toda a vigência do CONTRATO,

- (a) que se iniciará à 0h (zero hora), horário de Brasília, do DIA de INÍCIO DO FORNECIMENTO ou de seu aniversário (nos demais ANOS);
- (b) e terminará às 24h (vinte e quatro horas), horário de Brasília, da véspera do DIA correspondente ao de início do ANO subsequente ou, para o último ANO, às 24h (vinte e quatro horas) do último DIA de vigência deste CONTRATO. “ANUALMENTE” será interpretado do mesmo modo.

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, entidade integrante da Administração Federal Indireta, submetida ao regime autárquico especial, como órgão regulador da indústria do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada pela Lei Federal nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998.

AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS: significam toda e qualquer licença, ambiental ou outra, permissão, concessão e demais autorizações ou determinações emitidas ou expedidas por órgão, agência, entidade ou outra pessoa jurídica que tenha competência legal ou regulamentar sobre qualquer das PARTES ou o objeto deste CONTRATO.

AUTORIDADE GOVERNAMENTAL: significa qualquer órgão do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, agência, entidade ou pessoa jurídica de direito público ou qualquer divisão política do Brasil, incluindo os seus funcionários, empregados, prepostos ou representantes, que tenha competência para impor normas ou regras para qualquer das PARTES ou relativas às operações previstas neste CONTRATO.

CALORIA: é a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g. (um grama) de água pura desde 14,5°C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5°C (quinze vírgula cinco graus Celsius) à pressão absoluta de 1,013 bar (um vírgula zero treze bar).

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no artigo 393 e respectivo Parágrafo único do Código Civil Brasileiro, e observadas as condições e situações previstas na Cláusula 20ª deste CONTRATO.

CONDIÇÕES-BASE: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO: São aquelas definidas na Cláusula 3ª e no ANEXO B.

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: são as condições nas quais o volume do GÁS NATURAL fornecido pela NFE é referido para efeito de sua medição para faturamento, quais sejam:

- a) Pressão absoluta: 1,033 kgf/cm² (um vírgula zero trinta e três quilogramas-força por centímetro quadrado);
- b) Temperatura: 20°C (vinte graus Celsius);
- c) PODER CALORÍFICO SUPERIOR: 9.400 kcal/m³ (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por metro cúbico).

CONSUMO HORÁRIO NOMINAL MÁXIMO: é a vazão horária nominal de consumo, expresso nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, no LOCAL DE ENTREGA.

CONSUMO MÍNIMO TRIMESTRAL (CMT): é o volume mínimo de compra de GÁS NATURAL pela GDP em cada TRIMESTRE CONTRATUAL, expresso nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA e calculado segundo Cláusula 13ª deste CONTRATO.

CONTRATO: significa este contrato de compra e venda de GÁS NATURAL, seus anexos, assim como aditivos e modificações acordados e assinados pelas PARTES.

DATA-BASE: significa a data utilizada como ponto de partida e/ou referência para a aplicação de reajustes contratuais pactuados.

DIA: significa o período de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas que se inicia à 00:00h (zero hora) e termina às 24:00h. (vinte e quatro horas).

DIA ÚTIL: significa qualquer DIA em que os bancos sejam obrigados a operar nas cidades de Belém, estado do Pará e Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, duplicata, nota de débito ou título, bem como qualquer outro documento, emitido por uma PARTE para cobrança de valor que lhe deva ser pago, nos termos do CONTRATO, pela outra PARTE.

ECG: Significa a Estação de Condicionamento de Gás Natural construída pela NFE e cedida em comodato à GDP, onde é feita a transferência de custódia, regulagem de pressão, medição dos volumes, pressões e temperaturas do GÁS no PONTO DE RECEPÇÃO.

EXCEDENTE DE NOMEAÇÃO; tem o significado que lhe é atribuído no item 11.5.

FALHA NO FORNECIMENTO: significa a situação caracterizada pela falta de disponibilidade de GÁS NATURAL, no PONTO DE RECEPÇÃO, segundo a QDS, ou de fornecimento fora das especificações e/ou CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA NO FORNECIMENTO:

- i) ser o fato motivado por CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR;
- ii) ter a GDP dado causa a tal ocorrência;
- iii) em situações de PARADAS PROGRAMADAS;
- iv) aceitação pela GDP de quaisquer volumes de GÁS NATURAL FORA DE ESPECIFICAÇÃO, nos termos da Cláusula 4.2.

FORNECIMENTO COMERCIAL: considerar-se-á como FORNECIMENTO COMERCIAL o DIA seguinte ao último DIA do PERÍODO DE COMISSIONAMENTO E TESTES de cada LOCAL DE ENTREGA, devendo as PARTES, em qualquer hipótese, firmar termo que ateste o INÍCIO DE FORNECIMENTO COMERCIAL.

GARANTIA DA GDP: tem o significado atribuído pelo item 7.9.

GÁS NATURAL OU GÁS: o gás natural objeto do presente CONTRATO, que consiste na mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas CONDIÇÕES-BASE, Quando não grafados em maiúsculas, os termos “gás” e “gás natural” referem-se à generalidade do produto, não se relacionando necessariamente a este CONTRATO.

GÁS NATURAL LIQUEFEITO (GNL): é o gás natural liquefeito em escala comercial por processo de refrigeração, com redução do seu volume original em cerca de 600 (seiscentas) vezes, podendo ser transportado por carretas criogênicas a -162°C (cento e sessenta e dois graus Celsius negativos), necessitando ser regaseificado e odorizado em equipamentos apropriados para permitir o seu consumo pela GDP e seus USUÁRIOS.

GÁS NATURAL FORA DE ESPECIFICAÇÃO: significa o GÁS NATURAL que não atende à qualidade prevista no item 4.2.

GASODUTO INTEGRANTE DO TERMINAL DE GNL: significa as instalações e dutos construídos e implantados entre o TERMINAL DE GNL e o PONTO DE RECEPÇÃO, o qual é de titularidade e operado pela NFE.

INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL: tem o significado atribuído na Cláusula 19ª.

INÍCIO DO FORNECIMENTO: será a data definida nos termos do item 3.3 abaixo.

LEI: para os fins deste CONTRATO significa qualquer ato normativo, como lei, código, decreto, regulamento, resolução, portaria.

LOCAL DE ENTREGA: ECG instalada no Porto de Vila de Conde, Município de Barcarena - PA, conforme projeto constante do ANEXO A, onde será efetuada a entrega do GÁS NATURAL da NFE para a GDP.

METRO CÚBICO (m³): significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES-BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

MMBTU: significa a expressão milhões de British Thermal Units.

MÊS: significa, para o primeiro MÊS, um período que se inicia no DIA de INÍCIO DE FORNECIMENTO e termina às 24:00 h do último DIA do MÊS calendário em que tenha ocorrido essa data e, nos demais meses, significa o período que se inicia a 0:00 h do primeiro DIA de um MÊS calendário e termina às 24:00 h do último DIA deste mesmo MÊS. "MENSALMENTE" será interpretado do mesmo modo.

MUDANÇA DE LEI: tem o significado atribuído pelo item 18.9.

NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação entre as PARTES, realizada de acordo com os termos da Cláusula 21.8.

PARADA PROGRAMADA: é a situação que demanda a interrupção transitória no fornecimento e recebimento de GÁS NATURAL, para fins de manutenção ou reparo em equipamentos da NFE, GDP ou de seus USUÁRIOS, como também paralisações planejadas pelos USUÁRIOS, observadas as disposições da Cláusula 11.

PERÍODO DE COMISSIONAMENTO E TESTES: significa o período definido no item 3.4, sendo que, neste período, o volume não será contabilizado na apuração do CMT e a NFE estará obrigada a fornecer o GÁS NATURAL, observadas as CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA para a medição do GÁS NATURAL entregue e a qualidade do GÁS NATURAL, prevista na Cláusula 4ª.

PERÍODO DE FORNECIMENTO: significa o prazo de 10 (dez) anos contados do INÍCIO DO FORNECIMENTO.

PERÍODO DE FORNECIMENTO ESPECÍFICO: significa o prazo de fornecimento para cada ANEXO C.

PERITO: significa o perito técnico, escolhido pela PARTES de comum acordo, reconhecidamente apto por formação técnica, experiência e treinamento para opinar a respeito de questão de natureza técnica, objeto de controvérsia ou não.

PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa um PCS de 9.400 kcal/m³ (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por METRO CÚBICO), onde 1 kcal (um QUILOCALORIA) equivale a 3,9683 BTU (três inteiros, nove mil, seiscentos e oitenta e três décimos de milésimos de British Thermal Units).

PODER CALORÍFICO INFERIOR (PCI): é o poder calorífico em base seca, que corresponde à quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma massa definida de gás que ocupa o volume de 1 m³, na temperatura de 20°C e à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals), com o ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retomando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que todos os produtos inclusive a água formada na combustão está no estado gasoso. Sua unidade de medida será kcal/m.

PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) : é o poder calorífico em base seca, que corresponde à quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma massa definida de gás que ocupa o volume de 1 m³, na temperatura de 20°C e à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals), com o ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retomando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. O PODER CALORÍFICO SUPERIOR difere do PODER CALORÍFICO INFERIOR

PONTO DE RECEPÇÃO: significa o local no LOCAL DE ENTREGA onde ocorre a transferência de propriedade do GÁS NATURAL, imediatamente após o flange de conexão entre a ECG e o GASODUTO INTEGRANTE DO TERMINAL DE GNL.

QUANTIDADE CORRIGIDA DE GÁS NATURAL: é o volume de GÁS entregue pela NFE à GDP, expresso nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, apurado no SISTEMA DE MEDIÇÃO instalado na ECG, volume este que será utilizado para fins de faturamento.

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR): significa a QUANTIDADE DE GÁS, que tenha sido retirada pela GDP no PONTO DE RECEPÇÃO em determinado DIA.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC): é o volume de GÁS NATURAL correspondente ao período de 1 (um) DIA, contratado para fornecimento no LOCAL DE ENTREGA, expresso nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS): é o volume de GÁS NATURAL, expresso nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, definido pela GDP como o correspondente à sua previsão diária de retirada, e limitado à QDC.

QUANTIDADE MENSAL CONTRATADA (QMC): é a quantidade de GÁS NATURAL contratada para fornecimento nos termos deste CONTRATO para cada DIA de entrega do respectivo MÊS, no PONTO DE RECEPÇÃO, expressa nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, correspondente ao período de 30 (trinta) DIAS.

QUANTIDADE MENSAL SOLICITADA (QMS): é o volume de GÁS NATURAL, expresso nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, definidas pela GDP como o correspondente à sua previsão mensal de retirada, para fornecimento nos termos deste CONTRATO pela NFE, para cada DIA de entrega do respectivo MÊS e limitado à QMC.

QUANTIDADE NÃO-RETIRADA (QNR) – significa, em determinado TRIMESTRE de fornecimento de GÁS, a QUANTIDADE DE GÁS, expresso nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, que a GDP tenha retirado a menor que a CMT.

QUANTIDADE PAGA E NÃO-RETIRADA (QPNR): significa o saldo acumulado de QUANTIDADE DE GÁS, expresso nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, pela GDP perante a NFE, em decorrência de pagamentos a esta última efetuados das QUANTIDADES NÃO-RETIRADAS (QNR), podendo ser recuperada pela GDP, no prazo e nas condições previstos neste CONTRATO.

QUANTIDADE TOTAL CONTRATADA (QTC): é compromisso de compra, pela GDP, do volume de GÁS NATURAL para fornecimento nos termos deste CONTRATO, expresso nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, para cumprimento das condições deste CONTRATO.

QUILOCALORIA (kcal): significa 1.000 (mil) CALORIAS.

REDUÇÃO da QDC e QMC: significa a diminuição ou o encerramento do fornecimento do volume referente a um ANEXO C específico.

REPRESENTANTES: significam, em relação a qualquer das PARTES, quaisquer diretores, administradores, empregados, prepostos a qualquer título, consultores, pessoal e terceiros, atuando a serviço da referida PARTE ou de suas AFILIADAS.

SISTEMA DE MEDIÇÃO: significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores,

computadores de vazão ou conversor de volumes, integradores e registradores, situados na ECG.

SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO: significa as instalações e dutos da GDP construídos e implantados a jusante do PONTO DE RECEPÇÃO para atender a necessidade de distribuição de GÁS.

TERMINAL DE GNL: significa a unidade de armazenamento e regaseificação de GNL de titularidade da NFE implantada no Porto de Vila do Conde.

TRIMESTRE CONTRATUAL: cada período de 3 (três) meses ao longo de toda a vigência do CONTRATO.

(a) que se iniciará à 0h (zero hora), horário de Brasília, do DIA de INÍCIO DO FORNECIMENTO ou a cada 3 (três) meses contados da referida data (nos demais TRIMESTRES);

(b) e terminará às 24h (vinte e quatro horas), horário de Brasília, da véspera do DIA correspondente ao de início do quarto mês subsequente ou, para o último TRIMESTRE, às 24h (vinte e quatro horas) do último DIA de vigência deste CONTRATO. “TRIMESTRALMENTE” será interpretado do mesmo modo.

USUÁRIOS: são os Clientes da GDP aos quais ela distribui o GÁS.

CLÁUSULA 2ª – OBJETO

2.1. Constitui objeto deste CONTRATO a venda do GÁS, pela NFE a partir do TERMINAL DE GNL para a GDP, o qual deverá ser disponibilizado no LOCAL DE ENTREGA, definido no ANEXO A, assim como a compra e recebimento do GÁS, pela GDP, nas condições e termos ajustados neste instrumento.

2.2 Integram este CONTRATO os seguintes Anexos:

ANEXO A – DETALHAMENTO DA ECG (PONTO DE RECEBIMENTO)

ANEXO B – CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

ANEXO C – INFORMAÇÕES SOBRE A QUANTIDADE DE GÁS NATURAL QDC e QMC

ANEXO D – REGRAS DE MEDIÇÃO E APURAÇÃO

2.2.1 Na hipótese de conflito entre quaisquer disposições dos anexos relacionados no item 2.2, acima, com o presente CONTRATO, prevalecerão as regras estabelecidas neste último.

CLÁUSULA 3ª – CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

3.1. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO:

3.1.1 O GÁS será fornecido pela NFE à GDP no PONTO DE RECEPÇÃO.

3.1.2 As PARTES desde já acordam que o fornecimento de GÁS objeto deste CONTRATO será realizado com base nas CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO, constantes do ANEXO B, observados sempre os termos e condições deste CONTRATO e dos demais ANEXOS.

3.1.3 Em situações especiais, as PARTES poderão definir, por acordo mútuo, pressões de controle diferentes das indicadas.

3.2. CONFIRMAÇÃO DO FORNECIMENTO

3.2.1 Em até 90 (noventa) DIAS após a assinatura do CONTRATO, a GDP poderá enviar à NFE NOTIFICAÇÃO(s) com cópia(s) do(s) ANEXO C devidamente preenchido(s) com as informações nele solicitadas.

3.2.1.1 A NFE está obrigada a aceitar os volumes, conforme QDCs e QMCs, informadas nos ANEXO C, mencionados no item 3.2.1 até o volume máximo de 30.000 m³ por dia, não incluído neste volume o GÁS ADICIONAL FLEXÍVEL, previsto nos itens 11.5 e 15.2., desde que atendida a clausula 3.2.1.

3.2.1.2 A NFE não está obrigada a aceitar os volumes, nem a continuidade deste CONTRATO caso a GDP não apresente NOTIFICAÇÃO com condições de fornecimento e volumes do ANEXO C dentro do prazo de 90 dias.

3.2.1.3 As PARTES desde já acordam que, eventualmente será expandida a base de USUÁRIOS que demandem GÁS NATURAL, razão pela qual a GDP poderá vir a solicitar aumentos da quantidade de GÁS NATURAL entregue no PONTO DE RECEPÇÃO e, consequentemente, da QDC e QMC. Nesse caso, PARTES deverão seguir o processo dos itens 3.2.1 e 3.2.1.1, observadas as respectivas peculiaridades, enviando apenas um novo ANEXO C preenchido e apontando o acréscimo ao volume da QDC e QMC. As PARTES estão de acordo que a compra e venda de volumes acima do limite especificado na cláusula 3.2.1.1 está condicionada a um acordo entre as PARTES, o qual incluirá, sem limitar, o preço e início de fornecimento aplicável ao referido fornecimento, ressalvado o disposto em 11.5 e 15.2

3.2.2 REDUÇÃO DA QDC E QMC

3.2.2.1 Em até 90 (noventa) DIAS antes do término de um PERÍODO DE FORNECIMENTO ESPECÍFICO, referente a um ANEXO C específico, a GDP deverá enviar à NFE (i) NOTIFICAÇÃO informando (i) a intenção de manter o fornecimento com a mesma QDC e QMC, pactuadas conforme ANEXO C; (ii) encerrar o fornecimento referente ao Volume Específico correspondente ao Anexo C específico; ou (iii) alterar a QDC e QMC referente ao Anexo C específico, devendo neste caso enviar cópia da revisão do ANEXO C devidamente preenchido com as informações nele solicitadas.

3.2.2.2 Na hipótese da diminuição parcial da QDC e QDP do CONTRATO (“ENCERRAMENTO PARCIAL”) ou de alteração do volume de um Anexo C, a QDC e a QMC deverão ser automaticamente ajustadas para refletir apenas os volumes remanescentes.

3.2.2.3 Em caso de ENCERRAMENTO PARCIAL derivado do encerramento de um ANEXO C, antes do prazo estipulado nesse ANEXO, a GDP estará obrigada, a pagar multa equivalente a 20% (vinte por cento) CMT referente ao ANEXO C encerrado multiplicada pelo prazo remanescente do PERÍODO DE FORNECIMENTO ESPECÍFICO relativo a tal ANEXO C, no prazo de até 60 (sessenta) DIAS, a contar da apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA. A NFE reconhece que o pagamento da penalidade objeto deste item, quando aplicável, será a única quantia devida pela GDP em razão do encerramento parcial nele disciplinado.

3.2.2.3.1 A multa objeto do item 3.2.2.3 acima não será aplicável nas seguintes hipóteses: (i) o ENCERRAMENTO PARCIAL ocorra antes do INÍCIO DO FORNECIMENTO; ou (ii) o ANEXO C seja encerrado em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que se prolongue por mais de 180 (cento e oitenta) DIAS.

3.2.2.4 A NFE poderá, a seu exclusivo critério, aceitar que o pagamento da multa disposta na cláusula 3.2.2.3 seja adimplida pela GDP por meio da cessão de direitos creditórios, com os respectivos acessórios e correção monetária, detidos contra seus USUÁRIOS. A decisão da NFE de aceitar tais créditos como pagamento de qualquer valor estará sujeita a uma avaliação prévia da liquidez, qualidade e viabilidade de recuperação desses créditos, os quais deverão estar livres de ônus e impedimentos, sendo certo que a sua cessão à NFE deve contar com a prévia anuência pelos USUÁRIOS.

3.2.2.5 Em qualquer hipótese, o valor máximo da multa a ser paga pela GDP à NFE em razão da rescisão de um determinado Anexo C não será superior à 20% (vinte por cento) do Valor Estimado da soma das CMT remanescentes do ANEXO C encerrado.

3.3. INÍCIO DO FORNECIMENTO:

3.3.1 O INÍCIO DE FORNECIMENTO ocorrerá até a data indicada no primeiro ANEXO C.

3.4 COMISSIONAMENTO E TESTES DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

3.4.1 Após cumprido o procedimento do item 3.2.1, serão realizados procedimentos de comissionamento do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ("PERÍODO DE COMISSIONAMENTO E TESTES").

3.4.1.1 O PERÍODO DE COMISSIONAMENTO E TESTES terá a duração de no máximo 90 (noventa) DIAS.

3.4.1.2 Em até 90 (noventa) DIAS após a NOTIFICAÇÃO do item 3.2.1 acima, as PARTES deverão definir o DIA do início de PERÍODO DE COMISSIONAMENTO E TESTES para o SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, o qual deverá ocorrer até 30 (trinta) DIAS antes do fim do prazo do item 3.3.1.

3.4.1.3 Uma vez decorrido o PERÍODO DE COMISSIONAMENTO E TESTES, terá início o FORNECIMENTO COMERCIAL.

CLÁUSULA 4ª - QUALIDADE DO GÁS NATURAL

4.1. O GÁS deverá ser disponibilizado pela NFE para a GDP no PONTO DE RECEPÇÃO nas CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO.

4.2. O GÁS a ser fornecido pela NFE à GDP deverá obrigatoriamente atender às especificações que se enquadram no Regulamento Técnico ANP Nº 02/2008, anexo à Resolução Nº 16, de 17 de junho de 2008, da ANP, ou as que venham a substituí-los, em razão de disposição normativa superveniente.

4.3. Caso a NFE tome conhecimento da possibilidade de que o GÁS será total ou parcialmente entregue fora das especificações estabelecidas nesta cláusula ("GÁS NATURAL FORA DE ESPECIFICAÇÃO"), a NFE deverá notificar e informar à GDP imediatamente após tomar conhecimento de tal fato, sobre quaisquer componentes fora das especificações definidas no item 4.2 acima, variações de qualidade e o período durante o qual o GÁS NATURAL não estará em conformidade com as especificações acordadas neste CONTRATO.

4.4. A GDP deverá responder à NOTIFICAÇÃO acima enviada pela NFE em até 6 (seis) DIAS ÚTEIS, contados de seu recebimento, informando se aceitará os volumes de GÁS NATURAL FORA DE ESPECIFICAÇÃO ou não.

4.5. Caso a GDP aceite o GÁS NATURAL FORA DE ESPECIFICAÇÃO, ele será cobrado pelo PM e estará sujeito a outras disposições deste CONTRATO. Caso a GDP não aceite o GÁS NATURAL FORA DE ESPECIFICAÇÃO, a GDP fará jus ao pagamento previsto na Cláusula 7ª abaixo. Não obstante o aqui disposto, a falha da GDP em responder tempestivamente à NOTIFICAÇÃO da NFE objeto do item 4.3 acima será considerada, para todos os fins deste

CONTRATO, como não aceitação dos volumes de GÁS NATURAL FORA DE ESPECIFICAÇÃO.

4.6. A metodologia e a frequência para medição da composição e das demais características do GÁS NATURAL serão as previstas no Regulamento Técnico ANP Nº 02/2008, anexo à Resolução Nº 16, de 17 de junho de 2008, da ANP, ou em novo ato da ANP que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA 5ª - VIGÊNCIA

5.1. O presente CONTRATO vincula as PARTES desde a data da sua assinatura e terá vigência de 10 (dez) anos, contados a partir da data do INÍCIO DE FORNECIMENTO. A prorrogação do prazo deste CONTRATO está condicionada à execução de um aditivo contratual a ser celebrado pelas PARTES em até 90 (noventa) DIAS antes de expirado o prazo objeto deste item, observado, se for o caso, o disposto no item 3.2.2. As PARTES concordam que, caso haja a prorrogação ou a previsão de um PERÍODO DE FORNECIMENTO ESPECÍFICO, após o prazo de vigência do presente CONTRATO, este deverá ser aditivado para permanecer válido pelo prazo remanescente do referido PERÍODO DE FORNECIMENTO ESPECÍFICO.

CLÁUSULA 6ª - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GDP:

6.1. A GDP terá as seguintes obrigações e responsabilidades:

6.1.1 Enviar programação mensal de retirada à NFE, nos termos da Cláusula 11ª abaixo.

6.1.2 Obter todas as AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS necessárias, no nível estadual, municipal e federal, para o cumprimento das suas obrigações sob este CONTRATO, inclusive aquelas necessárias para o recebimento, utilização e distribuição do GÁS NATURAL e instalação e operação da ECG, tais como:

- a) Licença de Operação, emitida pelo órgão ambiental competente; referente ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO.
- b) Licença Municipal com Alvará de Operação; referente ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO
- .c) Alvará de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), referente ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO.

6.1.3 Como condição prévia ao INÍCIO DE FORNECIMENTO, a GDP deverá fornecer à NFE a GARANTIA DA GDP, conforme disciplinado na CLÁUSULA SÉTIMA.

6.1.4 Sem prejuízo das obrigações das Cláusulas 11ª e 13ª, a GDP deverá informar antecipadamente, e o quanto antes for de seu conhecimento, quaisquer alterações na QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA que possa alterar a programação.

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA NFE:

6.2 A NFE terá as seguintes obrigações e responsabilidades:

6.2.1 Obter todas as AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS necessárias ao suprimento de GÁS NATURAL, tais como:

- a) Autorização de Comercialização de Gás / GNL (Resolução 52/2011 da ANP);
- b) Registro de comercializador na ARCON, conforme Decreto Estadual nº 35.681/2024;
- c) Todas as licenças e autorizações necessárias emitidas por AUTORIDADE GOVERNAMENTAL, de acordo com a legislação aplicável, para a construção, implantação, comissionamento e testes da ECG. As renovações da Licença de Operação, bem como o cumprimento de eventuais condicionantes perante o órgão ambiental serão de responsabilidade da GDP, cabendo à NFE fornecer os eventuais documentos necessários à renovação que sejam de sua responsabilidade.

6.2.2 Entregar o GÁS NATURAL de forma ininterrupta, respeitada a programação prevista na QDS e PARADAS PROGRAMADAS, conforme parâmetros estabelecidos pela Cláusula 11ª.

CLÁUSULA 7ª - GARANTIAS.

7.1 A NFE garante a continuidade do abastecimento do GÁS NATURAL, nos termos e condições estipulados neste CONTRATO, limitado a VAZÃO MÁXIMA INSTANTÂNEA apresentada no ANEXO B.

7.2 Uma vez que tenha conhecimento da ocorrência de quaisquer eventuais FALHAS NO FORNECIMENTO, a NFE deverá enviar NOTIFICAÇÃO imediatamente para a GDP detalhando tais FALHAS NO FORNECIMENTO.

7.3 A garantia de continuidade de abastecimento do GÁS NATURAL para a GDP, conforme item 6.2.2 acima, não se aplicará no caso de ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

- a) CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, consoante a Cláusula 20ª deste CONTRATO;
- b) FALHA NO FORNECIMENTO de GÁS NATURAL, em virtude de impedimentos comprovadamente provocados diretamente pela GDP; e

- c) Suspensão de fornecimento em caso de inadimplência da GDP não sanada no prazo previsto na Cláusula 18ª, contados da NOTIFICAÇÃO enviada pela NFE à GDP informando sobre tal inadimplemento, na forma da mesma Cláusula 18ª.

7.4 Caso a NFE não entregue GÁS NATURAL, entregue o GÁS NATURAL FORA DE ESPECIFICAÇÃO ou em condições diferentes ao apresentado no ANEXO B, a NFE estará sujeita ao pagamento para a GDP, como indenização aplicável à hipótese, de penalidade diária por FALHA NO FORNECIMENTO por não entrega de GÁS NATURAL ou por entrega de GÁS NATURAL FORA DE ESPECIFICAÇÃO, a ser calculada conforme indicado abaixo:

$$\text{PFFD} = 30\% \times \text{NPGN} \times \text{QD}$$

onde:

PFFD: é o valor da penalidade diária por FALHA NO FORNECIMENTO e/ou por GÁS NATURAL FORA DE ESPECIFICAÇÃO no MÊS em questão;

QD: é a quantidade de GÁS NATURAL FORA DE ESPECIFICAÇÃO ou não entregue de GÁS NATURAL, apurada no DIA em que tenha ocorrido a FALHA NO FORNECIMENTO, descontado o GÁS NATURAL FORA DE ESPECIFICAÇÃO aceito nos termos da Cláusula 4ª;

NPGN: é o preço do GÁS (PM)(item 15.1) sem tributos, vigente no último DIA do MÊS para o CONTRATO no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA NO FORNECIMENTO.

7.5 Na hipótese de ocorrência de FALHA NO FORNECIMENTO, os compromissos de CMT previstos neste CONTRATO serão suspensos até o regular reinício do fornecimento.

7.6 A NFE responderá pelas eventuais perdas e danos diretos que comprovadamente causar à GDP em decorrência da FALHA NO FORNECIMENTO, observado em qualquer hipótese o limite de responsabilidade, de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), independentemente do valor das perdas e danos efetivamente incorridos pela GDP, excluídos em qualquer hipótese danos a USUÁRIOS, danos indiretos e/ou lucros cessantes.

7.6.1 A penalidade e indenização objeto dos itens 7.4 e 7.6 acima, respectivamente, serão os únicos e exclusivos remédios da GDP para qualquer evento de FALHA NO FORNECIMENTO e quaisquer danos diretos dela decorrentes.

7.7 A penalidade estabelecida no item 7.4 e as indenizações previstas no item 7.6 serão pagas pela NFE até 30 (trinta) DIAS após a apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA. A GDP reconhece que o pagamento da penalidade objeto do item 7.4 e das indenizações objeto do item 7.6 serão as únicas quantias devidas pela NFE em razão de FALHA NO FORNECIMENTO.

7.8 Em qualquer hipótese, a NFE não será obrigada a pagar a PFFD, nos termos do item 7.4 acima, por mais de 90 (noventa) DIAS em um ANO CONTRATUAL.

7.9 Com o objetivo de assegurar à NFE o recebimento dos pagamentos devidos, a GDP deverá instituir, em seu favor, garantia em uma das seguintes modalidades, a critério exclusivo da NFE: (i) garantia corporativa a ser prestada pela GDP ou qualquer de suas AFILIADAS, com risco de crédito compatível com as obrigações deste CONTRATO, de natureza irrevogável e executável ao primeiro pedido, cujos termos deverão ser aprovados pela NFE, com 30 (trinta) DIAS de antecedência da instituição da referida garantia; (ii) seguro garantia, ou (iii) fiança bancária ou standby letter of credit (L/C) emitido por instituição financeira local de primeira linha ("GARANTIA DA GDP").

7.9.1 O valor da garantia será o equivalente ao dobro da QMC atualizada do CONTRATO, devendo a GDP atualizar o respectivo valor a cada alteração da QMC com base neste CONTRATO, inclusive na hipótese de REDUÇÃO da QDC e QMC ou de alteração da QDC e QMC referente ao ANEXO C específico, conforme item 3.2.2.

7.9.2 Caso a GARANTIA DA GDP adote a forma da alínea "i" do item 7.9 acima, a mesma deverá estar acompanhada de opinião legal emitida por escritório de advocacia habilitado pela LEI de regência da GARANTIA DA GDP, cobrindo questões relacionadas à validade, eficácia, poderes, autorizações, ausência de conflitos, conformidade com a LEI e exequibilidade de tal garantia.

7.9.3 O prazo final para a apresentação da GARANTIA DA GDP será de até 60 (sessenta) DIAS antes do INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL.

CLÁUSULA 8ª - SEGURANÇA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

8.1. Cada PARTE se responsabiliza pela entrega à outra PARTE do seu plano para prevenção e atendimento a situações de emergência e acidentes que possam ocorrer nas operações com GÁS NATURAL, no prazo de até 10 DIAS antes do INÍCIO DO FORNECIMENTO, e que possam pôr em risco pessoas ou equipamentos da outra PARTE, bem como se obriga, quando nas dependências da outra PARTE, por si, seus prepostos, empregados e contratados, a acatar e praticar as políticas, normas e procedimentos de segurança e medicina do trabalho, e preservação do Meio Ambiente da outra PARTE.

CLÁUSULA 9ª - TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DO GÁS NATURAL

9.1 O GÁS será considerado de propriedade da GDP no PONTO DE RECEPÇÃO.

9.2 A NFE entregará o GÁS NATURAL no PONTO DE RECEPÇÃO, acordando as PARTES que (i) até PONTO DE RECEPÇÃO, todos os riscos e responsabilidades, de qualquer

natureza, relacionados ao GÁS NATURAL, correrão por conta da NFE, e (ii) a partir do PONTO DE RECEPÇÃO, todos os riscos do GÁS NATURAL correrão por conta da GDP.

9.3 A GDP será a única e exclusiva responsável pelo uso e manuseio do GÁS a partir do PONTO DE RECEPÇÃO.

CLÁUSULA 10ª - MEDIÇÕES DOS VOLUMES CONSUMIDOS

10.1 Salvo nos casos diferentemente dispostos neste CONTRATO, as PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades - SI.

10.2 As medições do GÁS entregue à GDP serão efetuadas na ECG:

- i. a unidade de volume será o metro cúbico de GÁS;
- ii. a pressão atmosférica no PONTO DE RECEPÇÃO será a acordada entre as PARTES, a ser mantida fixa durante a vigência do CONTRATO. Caso não seja formalizado nenhum valor entre as partes, será adotado como pressão atmosférica o valor de 1,01325 bar.
- iii. a determinação do poder calorífico será feita por cálculo, a partir da composição do GÁS determinada por cromatografia, com base na Norma ISO 6976 ou qualquer outra indicada na resolução da ANP nº 16 de 17.06.2008, publicada no DOU de 18.06.2008, ou em novo ato da ANP que venha a substituí-lo;
- iv. os volumes medidos serão expressos nas CONDIÇÕES-BASE.

10.3 A GDP será a responsável pela operação, manutenção, calibração e ajustes da ECG, dando acesso à NFE a tais informações, sempre que solicitadas.

10.4 As regras sobre apuração do volume total de GÁS estão estabelecidas no ANEXO D ao CONTRATO.

CLÁUSULA 11ª - PROGRAMAÇÃO DE RETIRADA DE GÁS E PARADAS PROGRAMADAS

11.1 A GDP se obriga a entregar à NFE, no mínimo 50 (cinquenta) DIAS antes do início de qualquer mês, a QMS para os 3 (três) meses subsequentes.

11.1.1 QMS acima referida explicitará (a) as quantidades diárias de GÁS a serem consumidas no primeiro mês, e (b) a quantidade de GÁS total estimada para os dois meses subsequentes.

11.2 As quantidades apontadas na alínea “a” da do item 11.1.1 acima serão vinculantes, ao passo de que as da alínea “b” serão meramente informativas.

11.3 Na previsão de retirada de GÁS referida em 11.1 acima, a GDP informará claramente à NFE o (s) DIA(S) das eventuais PARADAS PROGRAMADAS, para os referidos 3 (três)

meses, que não poderão exceder 4 (quatro) DIAS por ANO, confirmadas ou reprogramadas com antecedência mínima de 15 (quinze) DIAS.

11.4 Eventuais interrupções, acréscimos ou reduções significativas de consumo por parte da GDP, por qualquer razão, decorrentes ou não de PARADAS PROGRAMADAS, deverão ser comunicadas por escrito à NFE, especificando a previsão de duração de tais ocorrências.

11.5 A GDP poderá indicar quantidades acima de 120% (cento e vinte por cento) do QDC e/ou do QCA (cada um, um “EXCEDENTE DE NOMEAÇÃO”), desde que tais indicações de quantidades excedentes sejam exclusivamente para atendimento das necessidades dos clientes especificados em ANEXO C do presente CONTRATO.

11.6 Caso a GDP retire quantidade superior a 120% (cento e vinte por cento) da QDC a quantidade excedente será cobrada na forma do item 15.2.

11.7 As PARTES buscarão fazer com que as suas PARADAS PROGRAMADAS sejam realizadas concomitantemente.

CLÁUSULA 12ª - QUANTIDADE MENSAL CONTRATADA (QMC) E QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC)

12.1 A QMC e a QDC serão os volumes de GÁS equivalente em metros cúbicos, calculados pela soma das QMCs e QDCs contratadas pela GDP na forma do item 3.2 nos termos das informações enviadas pela GDP indicados em cada ANEXO C.

12.2 Os valores da QMC e QDC serão estabelecidos e atualizados sempre conforme o envio dos ANEXOS C, de acordo com a Cláusula 3ª, inclusive na hipótese de REDUÇÃO da QDC e QMC do fornecimento ou de alterações da QMC e QDC, referente ao volume de cada Anexo C.

12.3 As PARTES buscarão consolidar em um único documento todos os volumes descritos em cada ANEXO C de forma a facilitar a programação e a nominação dos volumes de GÁS.

CLÁUSULA 13ª - CONSUMO MÍNIMO TRIMESTRAL (CMT)

13.1. O CMT será calculado de acordo com as QMC de acordo com os ANEXOS C, na forma da Cláusula 3.2, e eventualmente alteradas conforme o item 3.2.2, desconsiderado o PERÍODO DE COMISSIONAMENTO E TESTES e sua apuração se dará da seguinte forma:

13.1.1 Após o término de cada TRIMESTRE CONTRATUAL, a NFE efetuará um balanço global relativo ao TRIMESTRE imediatamente anterior, com a finalidade de determinar a

diferença entre o CMT e a QUANTIDADE CORRIGIDA de GÁS NATURAL efetivamente consumida pela GDP no referido TRIMESTRE.

13.1.2 Se a QUANTIDADE CORRIGIDA DE GÁS NATURAL efetivamente consumida pela GDP for menor do que o CMT, a NFE apresentará DOCUMENTO DE COBRANÇA relativo à diferença entre o CMT e a QUANTIDADE CORRIGIDA DE GÁS NATURAL efetivamente consumida pela GDP, como previsto na Cláusula 15ª.

13.1.2.1 O valor dessa diferença será resultante da aplicação das fórmulas abaixo, das quais a fórmula (1) calcula o valor do boleto e a fórmula 2) o CMT.

$$(1) VB = (CMT - QC) \times Pv$$

$$(2) CMT = 80\% \times (QMC \times \frac{NDT - NDPP - NDCT - NDCFM - NDFNF}{30})$$

30

com base no valor médio do PREÇO DO GÁS durante o TRIMESTRE de referência onde:

- VB = Valor do Boleto Bancário de Cobrança em (R\$)
- CMT = CONSUMO MÍNIMO TRIMESTRAL (m³);
- QC = QUANTIDADE CORRIGIDA DE GÁS NATURAL consumida efetivamente no respectivo TRIMESTRE (m³);
- Pv = Valor médio do preço do GÁS durante o TRIMESTRE de referência (R\$/m³);
- QMC = QUANTIDADE MENSAL CONTRATADA (m³/mês);
- NDT = Número total de DIAS no respectivo TRIMESTRE;
- NDPP = Número de DIAS de PARADA PROGRAMADA no respectivo TRIMESTRE;
- NDCT = Corresponde ao número de DIAS do PERÍODO DE COMISSONAMENTO E TESTE, o qual será aplicável apenas no primeiro ANO do PERÍODO DE FORNECIMENTO.
- NDCFM = Corresponde ao número de DIAS do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo TRIMESTRE. O dia poderá ser fracionado.
- NDFNF = Corresponde ao número de DIAS que ocorreu uma FALHA NO FORNECIMENTO por parte da NFE no respectivo TRIMESTRE.

13.2 Recuperação das quantidades pagas e não retiradas.

13.2.1 A GDP terá 12 (doze) meses para recuperação da QPNR, contados a partir do pagamento da fatura referente à QPNR.

13.2.2 A QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) poderá ser recuperada, total ou parcialmente pela GDP, de forma automática, somente quando, no referido TRIMESTRE, o somatório da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) supere 80% (oitenta por cento) do somatório da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC). A QUANTIDADE PAGA E NÃO

RETIRADA (QPNR) poderá ser recuperada pela GDP nos 4 TRIMESTRES seguintes da apuração da referida QPNR.

13.2.3 Encerrado o CONTRATO, o saldo de qualquer QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR), poderá ser recuperado pela GDP em até 30 (trinta) DIAS, prazo após o qual, havendo remanescente, tal quantidade será tida como consumida.

CLÁUSULA 14ª – AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS

14.1 As PARTES são responsáveis pela obtenção e manutenção de suas respectivas AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS para início e continuidade das operações previstas neste CONTRATO, conforme disposto na Cláusula 6ª, itens 6.1.3 e 6.2.1.

CLÁUSULA 15ª – PREÇOS E REAJUSTAMENTO

15.1 Preço do GÁS (PM).

15.1.1 O preço do GÁS, indicado no item 4 do ANEXO B deste CONTRATO, válido na DATA BASE, indicada no item 6 do ANEXO B, entregue no PONTO DE RECEPÇÃO nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será constituído pelo Preço da Molécula (PM) à vista sem impostos, constante no item 5 do ANEXO B, reajustado MENSALMENTE conforme fórmula abaixo.

$$PM = (115\% \times \text{Henry Hub} + \text{Parcela Fixa})$$

Onde:

PM = Preço da Molécula em dólar.

Henry Hub = preço de liquidação final (em US\$/MMBtu) do contrato futuro de gás natural Henry Hub da Bolsa Mercantil de Nova York para o mês em que o gás é entregue, obtido pelo endereço:

<https://www.nrg.com/resources/energy-tools/nymex-settlement-history.html>

Parcela Fixa = A **Parcela Fixa** será de nove dólares estadunidenses (USD \$9,00) por MMBtu de GÁS, que será corrigida anualmente pelo CPI (Índice de Preços ao Consumidor dos EUA), conforme fórmula abaixo:

$$PC = PC_0 \times (1 + \Delta CPI)$$

Onde:

PC = Parcela Complementar reajustada.

PC₀ = Parcela Complementar a ser reajustada.

ΔCPI = Variação do CPI (Índice de Preços ao Consumidor dos EUA) publicado pelo The **Bureau of Labor Statistics** (BLS), onde:

$$\Delta \text{CPI} = \frac{(\text{CPI}_n - \text{CPI}_0)}{\text{CPI}_0}$$

Onde:

CPI_n = Valor do CPI do segundo mês anterior ao mês do reajuste.

CPI₀ = Valor do CPI do segundo mês anterior ao mês da data base (01/2024).

15.1.2 O PMC será calculado em US\$ e será faturado em R\$, convertido de acordo com a taxa de câmbio e a fórmula prevista abaixo:

$$\text{PMC} = \frac{(\text{PM} \times \text{Taxa de Câmbio})}{26,8081}$$

PMC = Preço da Molécula Convertido em Reais, sem tributos;

Taxa de Câmbio = significa a taxa de câmbio entre US\$ e R\$. A taxa aplicada significa a média das taxas de câmbio comerciais diárias do dólar (US\$) publicada pelo [Sistema Gerenciador de Séries Temporais – SGS do Banco Central do Brasil, código de série 001], com quatro casas decimais, referente ao MÊS da entrega.

15.2. PREÇOS DO GÁS ADICIONAL FLEXÍVEL

15.2.1. Caso em determinado DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA seja superior a 120% (cento e vinte por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL e inferior a 180 % (cento e oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, a QUANTIDADE DE GÁS que estiver dentro desse limite será faturada com base no PREÇO DO GÁS ADICIONAL FLEXÍVEL 1 (PGAF1).

15.2.2. O PREÇO DO GÁS ADICIONAL FLEXÍVEL 1 (PGAF1) será calculado da seguinte forma:

PGAF1 = PM x 1,10 onde:

PGAF1 = é o PREÇO DO GÁS ADICIONAL FLEXÍVEL 1 em R\$/m³, ARREDONDADO em quatro casas decimais, sem tributos.

PM = é a PARCELA DE MOLÉCULA (PM) calculada conforme item 15.1, expressa em R\$/m³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

15.2.3. Caso em determinado DIA, QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA seja superior a 180 % (cento e oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, a QUANTIDADE DE GÁS que ultrapassar esse limite será faturada com base no PREÇO DO GÁS ADICIONAL FLEXÍVEL 2 (PGAF2).

15.2.4 O PREÇO DO GÁS ADICIONAL 2 (PGAF2) será calculado da seguinte forma:

$PGAF2 = PM \times 1,25$, onde:

PGAF2 = é o PREÇO DO GÁS ADICIONAL FLEXÍVEL 2 em R\$/m³, ARREDONDADO em quatro casas decimais, sem tributos.

PM = é a PARCELA DE MOLÉCULA (PM) calculada conforme item 15.1, expressa em R\$/m³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

15.2.5. Para o cálculo do PREÇO DO GÁS (PG) e dos PREÇOS DO GÁS DE ADICIONAL FLEXÍVEL (PGAF) em R\$/m³ (Reais por METRO CÚBICO), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme apresentados nesta Cláusula, todos os preços, parcelas, coeficientes e índices serão calculados com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

CLÁUSULA 16ª - FATURAMENTO, PRAZOS E FORMA DE PAGAMENTO

16.1 Para fins de cálculo de pagamento, a GDP deverá realizar a medição na ECG, observado o Anexo D.

16.1.1 Sem prejuízo do disposto acima, o volume de GÁS entregue será medido e multiplicado pelo fator de correção, a ser calculado entre o valor medido do PCS do GÁS entregue, que consta no certificado de qualidade do GÁS que será disponibilizado no ato da entrega da respectiva nota fiscal de entrega, determinado por meio de cromatografia, dividido por 9.400kcal/m³, o PCS de referência, de acordo com a seguinte equação:

$$QC_j = QM_j \times \frac{PCSm_j}{9.400}$$

Onde:

QC_j = QUANTIDADE CORRIGIDA DE GÁS NATURAL, no dia “j”, em função da variação do PCS para valores diferentes do valor de referência de 9.400 kcal/m³ (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por metro cúbico);

QM_j = Quantidade Medida de GÁS NATURAL no dia “j”;

$PCSm_j$ = PODER CALORÍFICO SUPERIOR do GÁS NATURAL entregue, medido através de cromatografia no dia “j”.

16.1.2 A apuração da quantidade de GÁS NATURAL fornecida será feita na entrega do produto pela NFE. A metodologia de cálculo, bem como das aferições e calibrações dos instrumentos de medição, deverá seguir a Portaria nº 58 do INMETRO, e a Portaria Conjunta nº 1 da ANP/INMETRO, ou regulação que venha a substituí-las, conforme aplicáveis a cada uma das PARTES.

16.2 A NFE deverá entregar à GDP nota fiscal ao completar cada entrega, a qual deverá identificar a data de entrega, as quantidades de GÁS NATURAL entregues em tal entrega e a quantia devida pela GDP por tais quantidades de GÁS NATURAL entregues.

16.2.1. As diferenças para mais ou para menos apuradas entre o faturamento oriundo do GÁS efetivamente entregue no PONTO DE ENTREGA e os volumes medidos na ECG serão ajustados e aplicados no DOCUMENTO DE COBRANÇA no MÊS subsequente à apuração.

16.2.2. No momento do faturamento, serão incluídos os valores correspondentes aos tributos e impostos incidentes diretamente sobre a venda do GÁS, conforme estabelecidos na Cláusula 17ª.

16.3 A GDP deverá enviar o valor total devido em Reais por transferência eletrônica de fundos, de acordo com as instruções da NFE em DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido a cada 30 (trinta) DIAS, em até 15 (quinze) DIAS contados do recebimento do referido DOCUMENTO DE COBRANÇA. A GDP poderá contestar qualquer quantia faturada pela NFE somente após o pagamento integral da quantia faturada.

16.4 No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, sobre o pagamento em atraso incidirão juros de 1,00% (um inteiro por cento) ao mês, tudo pro rata tempore, com arredondamento em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTOS DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, perfazendo o montante atualizado. Adicionalmente, será cobrada multa de 1,00% (um inteiro por cento) sobre o valor nominal constante do DOCUMENTO DE COBRANÇA.

16.5 O não pagamento de qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA, relativo ao GÁS fornecido, sem comprovada justificativa, concederá à NFE, observado o disposto na Cláusula 18ª, o direito de suspender o fornecimento do GÁS, informando previamente por escrito a GDP sobre a suspensão, sem prejuízo da cobrança dos valores em atraso acrescidos dos encargos moratórios, conforme disposto no item 16.4, além das demais penalidades previstas neste CONTRATO.

16.6 Havendo controvérsia sobre a procedência ou sobre o valor de cobrança feita por qualquer PARTE e que não tenha sido resolvida amigavelmente até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, a PARTE cobrada pagará as parcelas controversas e incontroversas da cobrança, se houver, e informará, no referido prazo, mediante NOTIFICAÇÃO, o montante controverso e as razões da controvérsia.

16.7 A PARTE que emitiu o DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá, no prazo de 15 (quinze) DIAS, enviar NOTIFICAÇÃO informando justificadamente se concorda ou não com a impugnação apresentada pela outra PARTE.

16.8 Caso a PARTE que emitiu o DOCUMENTO DE COBRANÇA concorde, total ou parcialmente, com as razões de controvérsia apresentadas pela outra PARTE, deverá reapresentar o DOCUMENTO DE COBRANÇA corrigido conforme o novo valor acordado. Na hipótese de a PARTE que emitiu o DOCUMENTO DE COBRANÇA não concordar com as razões apresentadas pela outra PARTE, poderá recorrer ao mecanismo de resolução de disputas estabelecido pela Cláusula 24ª abaixo.

16.9 Caso a PARTE que emitiu o DOCUMENTO DE COBRANÇA venha a restituir total ou parcialmente, conforme aplicável, a parcela controversa à outra PARTE, nos termos do item 16.8 acima, tal valor deverá ser acrescido de juros de 1,00% (um inteiro por cento) ao mês, tudo pro rata tempore, com arredondamento em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de efetivo pagamento, nos termos do item 16.7 acima e a data de sua restituição.

CLÁUSULA 17ª - TRIBUTOS

17.1 Não estão incluídos no PMC, NPGN, PGAF1 e PGAF2. o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS (inclusive o calculado pela sistemática da substituição tributária ICMS-ST), a contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS ou a Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e a Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização cobrada pela Arcon, bem como demais taxas de fiscalização cobradas por órgãos e/ou agências federais, estaduais e/ou municipais.

17.2 Excetuados os tributos incidentes sobre a renda, tais como, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, quaisquer tributos inclusos no PMC, NPGN, PGAF1 e PGAF2 (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) federais, estaduais e municipais, “royalties” existentes, que venham a ser alterados ou novos, que venham a ser criados e que sejam devidos em decorrência direta do presente CONTRATO ou de sua execução deverão resultar na alteração do valor do DOCUMENTO DE COBRANÇA, para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA 18ª - RESCISÃO

18.1 Qualquer das PARTES será considerada como inadimplente nas hipóteses de:

- (i) falha em efetuar qualquer pagamento, não remediada no prazo de 10 (dez) DIAS, após NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente;
- (ii) descumprimento de obrigação estabelecida neste CONTRATO, distinta daquela mencionada na alínea (i) não sanado dentro de 60 (sessenta) DIAS após a NOTIFICAÇÃO de tal falha à PARTE INADIMPLENTE;
- (iii) falência, recuperação judicial ou insolvência.

18.2 Caso a GDP não sane o inadimplemento, no prazo estabelecido no item 18.1. (i), a NFE executará de imediato, total ou parcialmente, a GARANTIA DA GDP.

18.3 Na hipótese de a garantia ser executada, a GDP deverá, no prazo de 30 (trinta) DIAS, contados da execução, recompor ou apresentar nova GARANTIA DA GDP.

18.4 Caso a GDP não institua ou não renove a GARANTIA DA GDP, conforme definido nesta Cláusula, estará configurado novo inadimplemento, a ensejar as consequências previstas neste CONTRATO.

18.5 Em caso de inadimplemento, a PARTE adimplente poderá, a seu critério exclusivo: (i) passado o período de cura de 90 (noventa) DIAS, rescindir o CONTRATO mediante NOTIFICAÇÃO por escrito à PARTE INADIMPLENTE, emitida com 10 (dez) DIAS de antecedência; (ii) suspender, expirado o prazo de 30 (trinta) DIAS, após os prazos previstos em 18.1 ou da NOTIFICAÇÃO descrita na cláusula 7.3. (c), conforme aplicável, o cumprimento de suas obrigações sob o CONTRATO até que o inadimplemento seja sanado pela PARTE inadimplente de forma satisfatória para a PARTE adimplente; (iii) reter quaisquer pagamentos devidos e compensar, na forma da LEI, normas, decisões, sentenças, acórdãos ou outras decisões regulatórias, quaisquer pagamentos devidos por uma PARTE inadimplente contra quaisquer pagamentos devidos por uma PARTE adimplente, desde que relativos a este CONTRATO.

18.6 O presente CONTRATO também poderá ser rescindido nos seguintes casos: (i) em caso de CASO FORTUITO OU CASO MAIOR que se estenda por mais de 180 (cento e oitenta) DIAS; ou (ii) por qualquer uma das PARTES, caso a NFE seja obrigada, nos termos do item 7.8, a realizar pagamentos à GDP por deixar de disponibilizar o GÁS por mais de 180 (cento e oitenta dias) DIAS em um período de um ANO CONTRATUAL.

18.6.1 Poderá ocorrer o ENCERRAMENTO PARCIAL do CONTRATO na hipótese estabelecida no item 3.2.2.2, aplicando-se as disposições dos itens subsequentes

18.7 Caso o CONTRATO venha a ser rescindido por inadimplemento, nos termos do item 18.5 acima, a PARTE INADIMPLENTE deverá pagar à outra PARTE o montante equivalente a 20% (vinte por cento) da CMT, relativo ao prazo de vigência remanescente do CONTRATO.

18.7.1 Em qualquer hipótese, o valor máximo da indenização a ser paga à outra PARTE nos termos do item 18.7 acima, não será superior à 10% (dez por cento) do Valor Estimado dos Anexo C vigentes.

18.7.2 A multa objeto do item 18.7 acima não será aplicável caso o CONTRATO seja rescindido em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que se prolongue por mais de 180 (cento e oitenta) DIAS.

18.8 Nenhuma PARTE será responsável perante a outra PARTE, em qualquer hipótese, por quaisquer danos indiretos incorridos pela outra PARTE em virtude da execução ou inexecução de quaisquer de suas obrigações sob este CONTRATO ou dele decorrentes, incluindo sem se limitar a lucros cessantes, perda de receita ou perda de oportunidade, penalidades ou danos a USUÁRIOS, contratados ou contraparte em contratos ou quaisquer danos relacionados ou decorrentes de demandas de terceiros.

18.9 Caso haja, a qualquer momento, uma mudança de LEI que, de qualquer forma, resulte em uma alteração significativa nos termos deste CONTRATO ("MUDANÇA DE LEI"), as PARTES terão o direito de reivindicar o ajuste dos termos e condições deste CONTRATO.

18.9.1 Tão logo a MUDANÇA DE LEI se torne vigente e/ou a PARTE impactada tome conhecimento sobre sua existência, esta deverá enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE informando sobre a sua ocorrência e sua proposta de alteração ao CONTRATO de forma a recompor a equação inicial do CONTRATO.

18.9.2 A PARTE que receber a NOTIFICAÇÃO deverá, em até 14 (catorze) DIAS contados do recebimento da mesma, informar se está de acordo com a proposta de alteração ao CONTRATO. Caso discorde da proposta de alteração, deverá apresentar, em sua resposta, contraproposta para a alteração do CONTRATO.

18.9.3 Caso as PARTES não cheguem a um consenso sobre as alterações a serem feitas no CONTRATO, decorrentes de tal MUDANÇA DE LEI; estas deverão recorrer ao seguinte mecanismo:

- (a) Os diretores presidentes das PARTES (ou outros executivos por eles designados) deverão negociar de boa-fé de forma a alcançar um acordo em até 20 (vinte) DIAS; e
- (b) Caso, ao fim do prazo indicado acima, um acordo não tenha sido alcançado entre as PARTES, então as PARTES deverão recorrer às disposições de resolução de disputas disciplinadas pela Cláusula 24ª abaixo.

CLÁUSULA 19ª - COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE

19.1 As PARTES obrigam-se a manter em sigilo qualquer informação referente à outra PARTE ou seus negócios, atividades, planejamentos, estruturas, situação econômica, jurídica e

financeira e informações técnicas, que lhe tenham sido disponibilizadas pela outra PARTE, por via oral, escrita, sob forma física ou eletrônica. Referidas informações somente poderão ser utilizadas para o estrito cumprimento deste CONTRATO (“INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL”).

19.2 As PARTES estão obrigadas a (i) comunicar à outra PARTE, imediatamente, o vazamento ou o mau uso de qualquer INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL de que tenha conhecimento; (ii) somente revelar INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS aos seus REPRESENTANTES, AFILIADAS, financiadores, consultores, contadores, árbitros, peritos e qualquer tribunal que tenham a necessidade de conhecê-las, os quais serão previamente informados da sua natureza sigilosa e deverão concordar em observar o sigilo e cumprir todos os termos e condições aqui dispostos ; e (iii) responsabilizarem-se por qualquer violação da obrigação de confidencialidade por parte de seus REPRESENTANTES e/ou de AFILIADAS.

19.3 Não serão consideradas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS aquelas que:

- (a) sejam ou se tornem de domínio público, de outra forma que não a divulgação pela PARTE Receptora ou quaisquer de seus REPRESENTANTES ou de suas AFILIADAS, em violação à obrigação de sigilo;
- (b) sejam comprovadamente conhecidas por meio de outra fonte, de forma legal e legítima, ou independentemente desenvolvidas, pela PARTE Receptora, sem violação de obrigação de confidencialidade, antes da divulgação pela PARTE Reveladora e/ou seus REPRESENTANTES ou de suas AFILIADAS.

19.4 Caso a PARTE Receptora venha a ser obrigada a revelar INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS por força de LEI, normas, decisões, sentenças, acórdãos ou outras decisões regulatórias, requisição do governo, de órgãos públicos de controle interno ou externo, da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (*U.S. Securities and Exchange Commission*) e/ou da bolsa de valores da NASDAQ (*NASDAQ Stock Market*), deverá restringir a divulgação da INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL estritamente ao que for solicitado pela autoridade judicial ou administrativa, preservando-a ao máximo, e desde que a PARTE Reveladora seja notificada dessa circunstância previamente à disponibilização da INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL, para fins de adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis para evitar tal divulgação.

19.4.1 As obrigações previstas no item 19.4 acima não serão aplicáveis à INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que tenham de ser divulgadas por quaisquer das PARTES para fins de observância de LEIS e normas aplicáveis a companhias abertas em quaisquer jurisdições. Nesse caso, as PARTES serão livres para divulgar as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que forem necessários conforme a legislação aplicável.

19.5 As obrigações de confidencialidade ora previstas entram em vigor na presente data e subsistirão pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da extinção deste CONTRATO a qualquer título.

19.6 Desde que previamente autorizado pela outra PARTE, as PARTES e suas AFILIADAS poderão utilizar o nome, logotipo ou marca registrada da PARTE que autorizou para fins promocionais.

CLÁUSULA 20ª - CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

20.1 Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com observância ao disposto no artigo 393 e seu Parágrafo único, do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância:

- a) cuja ocorrência se deu e permaneceu fora do controle da PARTE afetada;
- b) cuja ocorrência não se deu em razão de negligência ou dolo de uma das PARTES;
- c) a PARTE afetada não tenha concorrido, direta ou indiretamente para a ocorrência do evento ou circunstância, nisto se incluindo o fato de não ser decorrente de inadimplemento de qualquer das obrigações da PARTE afetada nos termos deste CONTRATO, nem de haver a PARTE afetada deixado de cumprir com a LEI, norma, decisão, sentença, acórdão ou outra decisão regulatória, nem ainda de ato ou omissão da PARTE afetada;
- d) em relação ao qual a atuação da PARTE afetada, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar os efeitos de sua ocorrência; e
- e) cuja ocorrência afete ou impeça o cumprimento pela PARTE afetada de suas obrigações previstas neste CONTRATO.

20.2 Apenas a título meramente exemplificativo, as PARTES concordam que os eventos abaixo relacionados não serão aceitos como situação de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, sendo que tais eventos não eximirão as PARTES de cumprirem com suas obrigações constantes do presente CONTRATO:

- a) problemas e/ou dificuldades de ordem econômico-financeira de qualquer das PARTES;
- b) qualquer dano, quebra ou falha acidental, de qualquer equipamento, INSTALAÇÃO DA GDP, exceto se decorrente diretamente da ocorrência da situação de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR; ou
- c) insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de qualquer PARTE.

20.3 Nenhum evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá a PARTE afetada de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à respectiva ocorrência ou que se tenham constituído antes dele, embora vençam durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

20.4 Atendidos os pressupostos do item 20.1, na ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES estarão dispensadas do cumprimento de suas obrigações nos termos deste CONTRATO, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade ou penalidade por atraso no cumprimento de suas obrigações ou por seu descumprimento.

20.5 A PARTE afetada que desejar invocar a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, para os fins previstos nesta Cláusula, deverá adotar as seguintes medidas:

- a) enviar NOTIFICAÇÃO, por escrito, à outra PARTE da ocorrência do evento ou condição de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR em até 5 (cinco) DIAS contados de sua ocorrência, tão logo quanto possível, fornecendo uma estimativa de sua duração e do provável impacto no desempenho de suas obrigações;
- b) adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando a retomar suas obrigações contratuais o mais brevemente possível;
- c) informar regularmente a outra PARTE a respeito de suas ações e de seu plano de ação de acordo com o item “b” acima;
- d) prontamente avisar a outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências;
- e) proporcionar à outra PARTE, sempre que possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar;
- f) respaldar todos os fatos e ações em documentação ou registro disponível;
- g) exercer de boa-fé seus direitos e contemplar devidamente os interesses da outra PARTE, em relação ao cumprimento de todas as obrigações contratuais afetadas pela ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CLÁUSULA 21ª - DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Toda e qualquer tolerância por qualquer das PARTES quanto ao cumprimento dos termos e condições do presente instrumento não implicará em renúncia, alteração ou novação das disposições e/ou obrigações ora pactuadas.

21.2 O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou transferido sem a prévia anuência, manifestada por escrito, da outra PARTE, salvo em caso de cessão para AFILIADAS, hipótese na qual nenhum consentimento será exigido podendo ser realizado mediante simples comunicação informativa à outra PARTE, em até 30 (trinta) DIAS após a sua realização.

21.3 O presente CONTRATO obriga as PARTES e seus sucessores a qualquer título.

21.4 A NFE poderá dar em garantia (seja via penhor, cessão fiduciária, cessão condicionada ou outra forma) seus direitos decorrentes deste CONTRATO (incluindo créditos de qualquer natureza oriundos deste CONTRATO) a quaisquer terceiros, mediante NOTIFICAÇÃO prévia de 10 (dez) DIAS por escrito para a GDP, o qual, se assim instruído na NOTIFICAÇÃO, deverá realizar pagamentos tão somente na conta corrente que venha a ser então informada.

21.5 Na hipótese de qualquer disposição deste CONTRATO ser considerada ilegal, inválida ou inexecutável de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, tal disposição será tratada como completamente independente e, na medida do possível, este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável nunca o tivesse integrado; as disposições remanescentes deste CONTRATO permanecerão em pleno vigor e eficazes, e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável. Além disto, no lugar de tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável, as PARTES deverão negociar de boa-fé a inclusão de uma nova disposição, tão semelhante quanto possível à disposição ilegal, inválida ou inexecutável, que reflita a real intenção das PARTES.

21.6 O presente Contrato não constitui vínculo de emprego entre as Partes, nem entre os REPRESENTANTES de uma PARTE e a outra PARTE.

21.7 As PARTES permanecerão e se reconhecem, desde já, independentes, e, por força deste CONTRATO, não ficará, de forma alguma, estabelecido ou criado vínculo empregatício, ou de responsabilidade, de uma PARTE com relação ao pessoal que a outra PARTE utilizar, direta ou indiretamente, na execução deste CONTRATO, correndo por conta exclusiva da respectiva PARTE todas as despesas com esse pessoal, sejam ou não empregados seus, inclusive pelos encargos decorrentes da legislação vigente, trabalhistas ou previdenciários, ou quaisquer outros, além de quaisquer obrigações não pecuniárias decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária em vigor, particularmente, mas sem se limitar, contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

21.8 Todas e quaisquer notificações e comunicações nos termos deste CONTRATO deverão ser endereçadas e encaminhadas por escrito às PARTES, nos endereços abaixo indicados, ou em qualquer outro por elas informado, através de notificação específica, através de entrega pessoal, serviço de entrega especial ou carta com aviso de recebimento (AR) encaminhado pelo correio:

(i) se para NFE:

CELBA – CENTRAIS ELÉTRICAS BARCARENA S.A.

Rua Almirante Guilhem, 378, 3º andar – Leblon

Rio de Janeiro – RJ

Tel: (021) 3993 5340

At.: Departamento Comercial

Email: rpinho@newfortressenergy.com

Com cópia para:

At.: Sr. Leandro Cunha

E-mail: lcunha@newfortressenergy.com

(ii) se para a GDP:

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ

Avenida Visconde de Souza Franco, nº 05, sala 1502, Edifício

Quadra Corporate, Bairro Umarizal

Belém - Pará

Tel.: (91) 3224-2663

At.: Sr. Paulo A. C. Guardado

E-mail: pauloguardado@gasdopara.com.br

Com cópia para:

At.: Sr. André Macedo

E-mail: andremacedo@gasdopara.com.br

21.9 O presente CONTRATO e seus ANEXOS constituem o inteiro entendimento entre as PARTES em relação ao assunto aqui contemplado e prevalecerão sobre todos e quaisquer entendimentos, avenças, acordos e comunicações, orais ou escritos, travados anteriormente entre as PARTES, com relação ao respectivo objeto.

21.10 As PARTES declaram e garantem reciprocamente que:

- (a) a celebração deste CONTRATO e o cumprimento das obrigações nele previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento no qual figurem como parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (b) a NFE e a GDP são sociedades constituídas e existentes de acordo com as LEIS brasileiras e estão devidamente autorizadas a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;

- (c) estão devidamente autorizadas a celebrar este CONTRATO e a cumprir todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários/contratuais necessários para tanto;
- (d) os representantes legais que assinam este CONTRATO têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) irão observar os termos de todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras, conforme aplicáveis, e necessárias para permitir o cumprimento das obrigações previstas no presente CONTRATO, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações e praticar todos os atos necessários para mantê-los em pleno vigor;
- (f) cumprir com todos os seus deveres e obrigações estabelecidos neste CONTRATO, nas formas e prazos nele estabelecidos;

21.11 Para os fins do art. 113, §1º, inc. IV do Código Civil Brasileiro, as PARTES reconhecem que as disposições deste CONTRATO foram negociadas por ambas, não sendo sua redação atribuível especificamente a nenhuma delas.

CLÁUSULA 22ª - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR

22.1 Cada PARTE indenizará a outra PARTE por todo e qualquer prejuízo, perda, penalidade, multa ou condenação em ações administrativas e judiciais (inclusive juros, multas, honorários advocatícios, custas judiciais e, se for o caso, correção monetária), decorrentes de danos causados a terceiros em razão de sua culpa ou dolo e que tenham sido efetivamente incorridos pela PARTE prejudicada. Sem prejuízo do disposto nesta cláusula, cada PARTE deverá tomar as medidas necessárias para substituir a PARTE prejudicada no polo passivo de quaisquer demandas judiciais e/ou administrativas porventura existentes movidas por terceiros relativos a danos aos quais tenha dado causa.

22.3 A responsabilidade contratual das PARTES no tocante à indenização por dano a terceiro a que se refere o item 22.1 acima ficará limitada a 50% (cinquenta por cento) do Valor Estimado do Contrato, conforme o item 8 do ANEXO B.

CLÁUSULA 23ª - ANTI CORRUPÇÃO

23.1 Em relação a este CONTRATO, cada PARTE declara que ela e seus REPRESENTANTES:

(i) cumprem e cumprirão todas as disposições da Lei nº 12.846/2013, da Lei nº 9.613/1998, da Lei nº 8.429/1992, do Decreto Federal nº 8.420/2015, do Decreto Federal nº 3.678/2000 e do Decreto Federal nº 5.687/06 ("LEIS ANTICORRUPÇÃO");

(ii) nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou ocultarão ou dissimularam ou dissimularão a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade;

(iii) não realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como não realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL, agente ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem constituir violação às LEIS ANTICORRUPÇÃO; e não solicitaram, aceitaram ou receberam, bem como não solicitarão, aceitarão ou receberão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, quando tal solicitação, aceitação ou recebimento constituir violação às LEIS ANTICORRUPÇÃO;

(iv) não pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do grupo da outra PARTE, bem como não ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do grupo da outra PARTE qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO;

(v) não utilizaram ou utilizarão agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução deste CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado a este CONTRATO, quando a utilização de tal agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nesta Cláusula ou quando as ações de tal agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta Cláusula;

(vi) nos últimos cinco (5) anos, não foram objeto de qualquer investigação, inquérito, citação, processo ou outra ação por qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL relacionada às LEIS ANTICORRUPÇÃO ou outras LEIS aplicáveis ao CONTRATO;

(vii) mantêm e continuarão mantendo controles internos adequados para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas nesta Cláusula. Seus livros, registros, contas e documentos contábeis de apoio são organizados e precisos e refletem claramente com um nível adequado de detalhe e toda a documentação de apoio, o ativo e o passivo da PARTE,

assegurando que não ocorram transações fora da contabilidade e que todas as transações sejam devidamente registradas e documentadas desde o início.

23.2 Cada PARTE deverá responder, em até 10 (dez) DIAS, com razoável detalhamento e com suporte documental adequado, a qualquer solicitação razoável da outra PARTE relacionada aos compromissos, garantias e declarações constantes do item 23.1, sendo que as PARTES não serão obrigadas a apresentar informações protegidas por sigilo legal. Essa obrigação permanecerá válida independentemente do término deste CONTRATO.

23.3 Cada PARTE deverá defender, indenizar e isentar a outra PARTE de e contra qualquer responsabilidade relacionada a demandas, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente resultantes de qualquer violação dos compromissos e declarações contidas nesta cláusula pela outra PARTE e por REPRESENTANTES da outra PARTE em relação às transações, serviços e outras atividades cobertas pelo CONTRATO. Independentemente de outras disposições contratuais, tais obrigações permanecerão em vigor independentemente da rescisão do CONTRATO.

CLÁUSULA 24ª – FORO

24.1 Este CONTRATO será regido e interpretado de acordo com as LEIS da República Federativa do Brasil.

24.2 Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução do CONTRATO, as PARTES, antes de qualquer outra medida, buscarão uma solução de consenso. Não se obtendo êxito nesse propósito, qualquer das PARTES poderá recorrer à ARBITRAGEM, de acordo com o procedimento estabelecido abaixo, mediante o envio de NOTIFICAÇÃO à(s) outra(s) PARTES(s).

24.2.1 A ARBITRAGEM será conduzida pela Câmara de Comércio Internacional (“ICC”), de acordo com o seu Regulamento e será realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

24.2.2 O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o Português, aplicando-se a legislação brasileira.

24.2.3 O tribunal arbitral será constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:

- a) cada PARTE nomeará 1 (um) árbitro e tais árbitros nomearão o terceiro árbitro de comum acordo;
- b) se não houver consenso sobre o terceiro árbitro, sua indicação ficará a cargo da ICC.

24.2.4 A sentença arbitral deverá atender a todos os requisitos da Lei nº 9.307, de 23/09/1996, e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(s), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE.

24.2.5 Não obstante o disposto nesta Cláusula, cada uma das PARTES se reserva o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

- a) assegurar a instituição da ARBITRAGEM;
- b) obter medidas cautelares de proteção de direitos, inclusive medidas liminares e a execução específica das obrigações deste CONTRATO, previamente à instituição da ARBITRAGEM, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido na ARBITRAGEM;
- c) executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da sentença arbitral;
- d) pleitear a nulidade da sentença arbitral, nas hipóteses permitidas em LEI.


24.2.6 Na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, exclusivamente nos casos previstos no item 24.2.5, elas elegem como foro competente o foro da Cidade de Belém, Estado do Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24.2.7 Se autorizado pela LEI, qualquer das PARTES poderá requerer confidencialidade de todos os aspectos do processo de arbitragem, com o objetivo de que nem as PARTES e nem os árbitros revelem a existência, conteúdo ou resultado da arbitragem, exceto na medida do necessário para (i) cumprir exigências das LEIS, normas, decisões, sentenças, acórdãos ou outras decisões regulatórias, (ii) obter medidas provisórias ou injunções, ou (iii) buscar a execução de qualquer ordem ou decisão emitida pelo tribunal arbitral.

24.3 O CONTRATO não será emendado, modificado ou complementado, exceto por um instrumento assinado por ambas as PARTES, desde que as PARTES possam concordar com interpretações conjuntas relativas às disposições operacionais e técnicas do CONTRATO, se tais interpretações conjuntas forem feitas por escrito e acordadas por ambas as PARTES.

24.4 O CONTRATO, incluindo seus anexos, constitui o acordo completo entre as PARTES e substitui todos os acordos prévios, escritos ou orais, entre as PARTES relacionados com o assunto aqui tratado.

24.5 O CONTRATO pode ser executado em 2 (duas) vias idênticas, para um só efeito e todas elas constituirão apenas um e o mesmo contrato. As PARTES reconhecem e concordam que o CONTRATO poderá ser assinado eletronicamente pelas PARTES e testemunhas, através do "DocuSign" ou plataforma similar, cuja assinatura eletrônica terá os mesmos efeitos legais como se uma cópia impressa tivesse sido assinada, conforme a Lei nº 13.874/2019 e o Decreto nº 10.278/2020 e concordam em não objetar a sua validade, conteúdo, autenticidade ou integridade. As PARTES concordam que o CONTRATO poderá ser assinado à mão, eletronicamente, ou ambas as formas indistintamente, incluindo uma plataforma de assinatura eletrônica não acreditada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e sem



certificado de assinatura digital, conforme o Artigo 10, § 2, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, sendo tal assinatura aceita e admitida como válida pelas PARTES.

E assim, por estarem justas e contratadas, as PARTES assinam este CONTRATO em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Belém, 06 de junho de 2024

(assinaturas na página seguinte)

(página de assinaturas do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural Liquefeito assinado em 06 de junho de 2024 entre a
CELBA – Centrais Elétricas de Barcarena S.A. e a Companhia de Gás do Pará)

**CELBA – CENTRAIS ELÉTRICAS DE
BARCARENA S.A.**

COMPRANHIA DE GÁS DO PARÁ

Nome: Jeremy Dawson
Função: Diretor

Nome: Flexa Ribeiro
Função: Diretor Presidente

Nome: Leandro Cunha
Função: Diretor

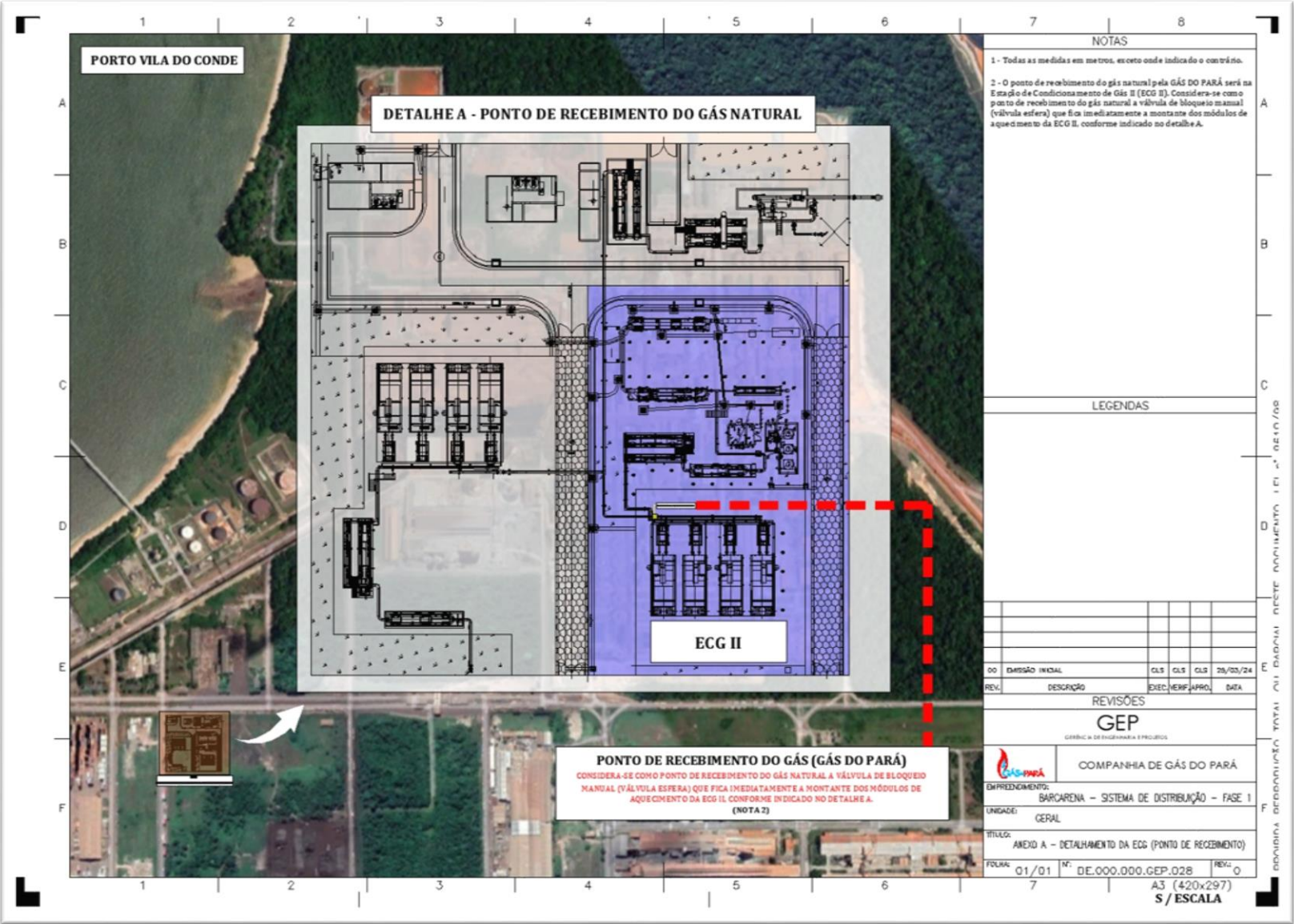
Nome: Paulo Guardado
Função: Diretor

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome:

ANEXO A – PROJETO DA ECG (PONTO DE RECEBIMENTO)



ANEXO B – CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

1.	Quantidade Diária Contratada (QDC)	30.000 m³/dia
2.	Quantidade Contratual Anual (QCA)	10.950.000 m³/ano
3.	Vazão Máxima Instantânea	12.000 m³/h
4.	Consumo Mínimo Trimestral (CMT)	80% da QMC
5.	Preço do GÁS sem impostos (PIS, COFINS e ICMS).	PM, reajustada nos termos do CONTRATO
6.	Preço da Molécula (PM), sem impostos. Será reajustado conforme Cláusula 15.	R\$ 2,1969 (I)
7.	Data Base	Fevereiro de 2024
8.	Condição de Faturamento	15 (quinze) DIAS fora o mês
9.	Valor Estimado do Contrato (anual)	R\$ 24.056.055,00 (vinte e quatro milhões, cinquenta e seis mil e cinquenta e cinco reais)
10.	Pressão de Entrega (mínima / máxima) - kgf/cm²g	56,1 / 81,6
11.	Temperatura de Entrega (mínima / máxima) - °C	5,7 / 20

(I) Para determinação do PREÇO DO GÁS apresentado foram consideradas as seguintes premissas:

a) Henry Hub de USD 2,490/MMBTU (apurado em fevereiro de 2024, fonte <https://www.nrg.com/resources/energy-tools/nymex-settlement-history.html>.)

b) Taxa de Câmbio de R\$ 4,9644 /USD (apurado em fevereiro de 2024, fonte *(Sistema Gerenciador de Séries Temporais – SGS do Banco Central do Brasil, código de série 001)*),

c) Parcela Complementar (PC) de USD 9/MMBTU.


ANEXO C – INFORMAÇÕES SOBRE QUANTIDADE DE GÁS NATURAL QDC e QMC

CONSUMO HORÁRIO NOMINAL MÁXIMO – m³/h	
Pressão de Entrega - kgf/cm²g	
Temperatura de Entrega - °C	
Quantidade Diária Contratada (QDC) – m³	
Quantidade Mensal Contratada (QMC) – m³	
Quantidade Contratual Anual (QCA) – m³	
Consumo Mínimo Trimestral (CMT) – m³	
Data para início de Fornecimento	
Período de Fornecimento	

ANEXO D – REGRAS DE MEDIÇÃO E APURAÇÃO

1. A apuração do volume total de GÁS fornecido à GDP será feita aplicando-se os seguintes procedimentos, conforme o tipo de Sistema de Medição de Vazão que seja instalado::
 - i. **medidor tipo turbina**: procedimentos descritos no AGA Report nº.7 (“Measurement of Gas by Turbine Meters”);
 - ii. **medidor ultra-sônico**: procedimentos descritos no AGA Report nº.9 (“Measurement of Gas by Multipath Ultrasonic Meters”);
 - iii. **medidor tipo coriolis** : procedimento descritos na AGA Report nº11 (“Measurement of Natural Gas by Coriolis Meter”)
 - iv. **outro tipo**: segundo previamente acordado pelas PARTES.
 - a. A GDP deverá instalar cromatógrafo conforme padrão INMETRO, em linha (que determina porcentagem dos componentes: C1 até C6+, N2 e CO2).
 - i. Alternativamente, na falha ou falta da cromatografia, poderá ser utilizado média dos valores do Certificado de qualidade do GÁS ou composição determinada em laboratório externo a partir da coleta de amostra do GÁS na ECG.
 - b. Para os Sistemas de Medição mencionados neste item 1, o fator de compressibilidade deverá ser calculado conforme a AGA Report nº 8 (“Compressibility Factors of Natural Gas and Other Related Hydrocarbon Gases”);
 - c. Quando determinações experimentais, devidamente comprovadas, indicarem desvio apreciável dos valores calculados, as PARTES definirão, de comum acordo, o procedimento a ser adotado para determinação desse fator e a data a partir da qual será aplicado.
 - d. Se, no prazo de 15 (quinze) DIAS, as PARTES não obtiverem consenso sobre o procedimento a ser adotado ou sobre o início de sua aplicação, sua determinação far-se-á por PERITO.
 - e. A calibração e os ajustes ordinários do SISTEMA DE MEDIÇÃO serão feitos pela GDP na ECG ou em seus laboratórios ou de terceiros especializados, podendo a NFE designar técnico para acompanhar tais ações.
2. Caso as calibrações indiquem que o SISTEMA DE MEDIÇÃO está fora de ajuste, ou seja, fique comprovado que o mesmo se encontrava com diferenças no volume superiores a 1,5%:
 - i. a GDP, se for o caso, determinará tecnicamente o respectivo fator de correção para as medições apuradas no período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO tenha estado fora de ajuste, devendo ser facultado à NFE o acompanhamento dos trabalhos nesse propósito;

- ii. o fator de correção será obtido com base nas informações constantes dos relatórios de calibração e ajuste, pela simulação do cálculo de vazão com os valores médios das variáveis de processo (pressão diferencial, pressão estática e temperatura de fluxo);
 - iii. concluída a tarefa precedentemente mencionada, lavrar-se-á um termo no qual estarão registrados os procedimentos e a memória de cálculo do fator de correção, o resultado obtido e outros aspectos pertinentes;
 - iv. caso a NFE esteja de acordo com o referido termo, firmá-lo-á sem ressalvas, e o fator poderá ser de imediato empregado para os fins que objetivaram sua determinação;
 - v. caso a NFE não esteja de acordo com o referido termo, deverá notificar, de imediato, sua discordância à GDP, fundamentando os motivos de seu desacordo.
- a. Ocorrendo o previsto neste item 2 (v), a controvérsia será decidida por PERITO cujas despesas e custos serão arcados:
- integralmente pela NFE, se o fator obtido conforme o item 2(ii) indicar um desvio do volume de GÁS medido igual ou inferior ao calculado pela GÁS DO PARÁ.
 - integralmente pela GDP, se o fator obtido conforme o item 2(ii) indicar um desvio do volume de GÁS medido superior ao calculado pela GÁS DO PARÁ.
- b. Nenhuma correção será considerada nos volumes medidos, caso a aplicação do fator de correção indique um desvio do volume de GÁS medido inferior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos, prevalecendo, então, os volumes registrados pelo SISTEMA DE MEDIÇÃO.
- c. Uma vez perfeitamente definido o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO esteve fora de ajuste, serão aplicadas correções de valor iguais aos desvios verificados, observado o disposto no item 2(b).
- d. Não sendo conhecido o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO esteve fora de ajuste, as correções citadas no item 2(c) serão aplicadas sobre os volumes efetivamente registrados pelo SISTEMA DE MEDIÇÃO nos últimos 45 (quarenta e cinco) DIAS de consumo ou na última metade do período de tempo entre as duas últimas calibrações do SISTEMA DE MEDIÇÃO, valendo o menor período de tempo.
3. A NFE poderá, mediante NOTIFICAÇÃO à GDP, solicitar calibração extra de qualquer instrumento do SISTEMA DE MEDIÇÃO — hipótese em que os correspondentes custos serão integralmente suportados pela NFE, se o instrumento for considerado ajustado, ou pela GDP, se o instrumento for considerado fora de ajuste. conforme especificado no item 2(b).
4. Havendo, em qualquer DIA, falha no SISTEMA DE MEDIÇÃO ou remoção de algum de seus componentes para manutenção, sem interrupção no fornecimento de GÁS, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) relativa a esse DIA será determinada da seguinte forma, em ordem de preferência:

- 
- a. com base em medições efetuadas em outros Sistemas de Medição da GDP por diferenças, caso a partir das mesmas se possa calcular, de forma segura, a referida QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA.
 - b. como sendo igual à QUANTIDADE DE GÁS NATURAL apurado pelo SISTEMA DE MEDIÇÃO da NFE, caso exista, tenha operado sem problemas nesse DIA e tenha sido validado pela GDP, corrigido para as CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, utilizando-se o PCS do DIA.
 5. Serão submetidas à análise de PERITO — com rateio em igual fração, para ambas as PARTES, das correspondentes despesas e custos de tal procedimento — todas as demais questões ou controvérsias atinentes a esta Cláusula cujas determinações relativas à sua solução não tenham sido diferentemente dispostas em itens anteriores.